

A GESTÃO DO CONHECIMENTO E A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA UNIVERSIDADE

Autora: Emelle Rodrigues Novais Cruz

Coautora: Adriana Almeida Sales de Melo

Instituição: Universidade de Brasília - UnB

Email da autora: emelle.novais@gmail.com

Email da coautora: adrianasalesdemelo@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O presente resumo tem como objetivo trazer reflexões sobre a gestão do Conhecimento (GC) e a autoavaliação institucional de uma Universidade, que representa um processo de aprendizagem e está prevista em um dos cinco eixos de autoavaliação propostos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Neste pensamento buscamos refletir sobre como a GC pode ser utilizada nos processos de melhoria contínua da autoavaliação institucional, de modo a fazer com que esse processo seja capaz de produzir uma reflexão coletiva acerca da realidade institucional, além de contribuir para o desenvolvimento da organização, trazendo, assim, melhorias para a instituição.

O conhecimento compreendido no cotidiano organizacional é um tema abordado desde antes da revolução industrial e do advento dos estudos da administração, através da transferência de conhecimento entre mestre e aprendiz.

Em meados dos anos 80 essa temática tornou-se mais presente a partir das abordagens teóricas relacionadas à sociedade do conhecimento e ao aprendizado organizacional. Atualmente, as pesquisas com essas abordagens estão focadas em aprender como as instituições atuam com o conhecimento no desenvolvimento de novos processos de trabalho, e proporcionando uma vantagem competitiva sustentável.

À vista disso, a implantação coordenada da Gestão do Conhecimento (GC) cria uma vantagem competitiva e de difícil imitação, pois está baseada nas pessoas que trabalham na organização (Thomke & Reinertsen, 1998).

Dessa forma, trabalhar com o conhecimento de forma coesa e integrada aos processos de trabalho da instituição deve compreender um conjunto de diretrizes fortemente inter-relacionadas para qualquer abordagem da GC (Silva, 2002).

No que se refere à temática de autoavaliação institucional de uma Universidade, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes foi criado por meio da Lei no 10.861 de 2004, quando o conceito de avaliação passou a ser visto de forma global e integradora, conjugando diversos instrumentos, em diferentes momentos de aplicação e, sobretudo, a articulação entre a avaliação e a regulação.

O Sinaes é fundamentado em princípios e objetivos vinculados à missão social da educação superior e reúne uma série de mecanismos avaliativos, com a proposta de nivelar as Instituições de Ensino Superior (IES) em termos de qualidade (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006).

Os três componentes de avaliação do Sinaes são os seguintes: cursos, estudantes e instituições. O componente de cursos é sistematizado pelo componente da avaliação dos Cursos de Graduação (ACG). O segmento institucional, por sua vez, ficou a cargo do componente da avaliação das instituições de educação superior – Avalies (que engloba a autoavaliação institucional e a avaliação externa). Por fim, o segmento “estudantes” é aferido pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade.

O objeto da autoavaliação institucional corresponde aos cinco eixos de avaliação determinados pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65 (BRASIL, 2014), que corresponde a uma compilação das dez dimensões definidas pelo documento original do Sinaes são os seguintes:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional;

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional;

Eixo 3: Políticas Acadêmicas;

Eixo 4: Políticas de Gestão; e

Eixo 5: Infraestrutura Física

Assim, no processo de autoavaliação institucional de uma Universidade, instrumentalizada pelo Avalies, são verificados, por exemplo, a infraestrutura, as políticas para a carreira docente, as políticas de ensino, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Político Pedagógico – PPP, a adequação aos parâmetros curriculares nacionais, entre outros.

Dessa forma, a autoavaliação institucional de uma instituição de ensino superior é um processo capaz de produzir uma reflexão coletiva acerca da realidade institucional, rediscutir projetos e prioridades essenciais da Universidade, suas relações com a ciência,

a tecnologia, contribuindo para a sistematização mais consistente dos diversos propósitos da instituição. Trata-se, portanto, de questões internas à instituição de ensino superior, apuradas tanto pela autoavaliação, quanto pela avaliação externa.

Cabe ainda ressaltar que a autoavaliação institucional está associada também ao processo de construção da própria autonomia institucional, concorrendo para o desenvolvimento profissional de professores, melhorias no processo pedagógico e na organização (MENEZES, 2012).

DESENVOLVIMENTO

Para a aplicação da GC no processo de autoavaliação institucional de uma Universidade, de modo a fazer com que esse processo seja capaz de produzir uma reflexão coletiva acerca da realidade institucional, além de contribuir para o desenvolvimento da organização sugere-se uma metodologia mista, empregando elementos da abordagem qualitativa e quantitativa.

No caso da autoavaliação institucional de uma Universidade, a abordagem qualitativa compreende a interpretação dos fatos a partir de observações, entrevistas e análise de documentos. Esse tipo de abordagem se justifica por ajudar a compreender aspectos psicológicos, que não podem ser apreendidos por outros métodos (RICHARDSON, 2014). No que tange à abordagem quantitativa, recomenda-se a utilização de técnicas de análise exploratória de dados, análise fatorial e de amostragem.

Ademais, propõe-se que seja realizada revisão da literatura e de outros instrumentos semelhantes, além da execução de uma pesquisa exploratória, tendo como produto um roteiro com questões úteis para captar a opinião de toda a comunidade universitária: discentes, docentes e técnicos.

O resultado positivo desse processo de aplicação da Gestão do Conhecimento na autoavaliação institucional de uma Universidade será a obtenção de uma amostra de, no mínimo, 50% de cada segmento da comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos), o que refletiria uma visão sistêmica da referida instituição de ensino superior.

Além disso, poderia se aplicar o conhecimento percebido por essa devolutiva da comunidade universitária, baseado no capital intelectual da Universidade, como uma vantagem competitiva para a melhoria da qualidade e desenvolvimento institucional.

Por sua vez, os resultados desse tipo de reflexão podem indicar relevantes evidências de validade do processo autoavaliativo institucional, tendo em sua composição três fatores: Infraestrutura física; Planejamento, Avaliação, Desenvolvimento e Gestão Institucional e Políticas acadêmicas e gestão do corpo docente.

CONCLUSÕES

No estudo do tema de Gestão do Conhecimento fica demonstrado que esse assunto tem contribuído muito para a criação de vantagens competitivas em organizações baseadas no conhecimento. A criação, troca, combinação e aplicação de informações não estão relacionadas apenas ao ensino e à aprendizagem, mas também à gestão da organização, melhorando assim a eficiência dos processos e serviços.

A importância da gestão do conhecimento destaca que a globalização é um desafio para testar o conhecimento organizacional, mas o principal desafio continua sendo o de transformar talentos em patrimônio de conhecimento da organização, de modo que o conhecimento na mente das pessoas possa ser utilizado para otimizar o processo de tomada de decisão, operação, execução de estratégia e alcance de objetivos.

Nesse sentido, pelo exposto, pode-se verificar que a GC pode ser uma ferramenta a ser utilizada nos processos de melhoria contínua da autoavaliação institucional, de modo a fazer com que esse procedimento seja capaz de produzir uma reflexão coletiva acerca da realidade institucional, além de contribuir para o desenvolvimento da organização, trazendo, assim, melhorias para a instituição.

Quanto aos eixos do Sinaes que norteiam os processos de autoavaliação institucional de uma Universidade pode-se perceber que esse sistema de avaliação é fundamentado em princípios e objetivos vinculados à missão social da educação superior e reúne uma série de mecanismos avaliativos, com a proposta de nivelar as Instituições de Ensino Superior (IES) em termos de qualidade.

Por último, queremos ressaltar que a metodologia utilizada pode servir ainda para balizar o desenvolvimento de um instrumento de avaliação a ser respondido pelos servidores técnico-administrativos da Universidade, pelos docentes, pelos discentes, ou até mesmo pela sociedade civil, promovendo assim o envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação de uma Universidade,

o que certamente pode trazer ganhos pedagógicos e estruturais para a instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no 65, 09 de outubro de 2014. Roteiro para relatório de autoavaliação institucional. Brasília, 2014.

JESUS, G. R. de; BEDRITCHUK, A. G. A.. Autoavaliação institucional: construção e validação de um questionário para o professor. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 3, p. 628–647, set. 2018.

SILVA, Sergio Luis. Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento. *Ciência da Informação*. N.33, vol. 2, 2004. <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1056>.

VILLASANA ARREGUIN, Laura Margarita; HERNANDEZ GARCIA, Patricia; RAMIREZ FLORES, Élfego. La gestión del conocimiento, pasado, presente y futuro. Una revisión de la literatura. *Trascender contab. gest.*, Hermosillo , v. 6, n. 18, p. 53-78, dic. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-63882021000300053&lng=es&nrm=iso